

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.673 - SP (2019/0355245-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
SUSCITANTE : GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM
RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE
SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE BELÉM - PA
INTERES. : LAYLA FERNANDA LOBATO DO ESPIRITO SANTO PESSOA
ADVOGADO : PIETRO GALINDO SILVEIRA - PB017640

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP e do JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE BELÉM - PA.

Ação em trâmite no Juízo Cível: recuperação judicial da suscitante.

Ação em trâmite no Juízo Laboral: reclamação trabalhista n. RTOrd 0000677-24.2016.5.08.0001, ajuizada por LAYLA FERNANDA LOBATO DO ESPIRITO SANTO PESSOA, em fase de execução.

Conflito de competência: alega em síntese, que, nos termos da jurisprudência do STJ, o juízo onde tramita a recuperação judicial é o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio da empresa. Assevera que "O juízo da 1ª Vara do Trabalho de Belém liberou o depósito recursal em favor da Executada antes mesmo da homologação dos cálculos, antes da abertura do prazo para oposição de Embargos à Execução, violando por completo o procedimento celetista. Ou seja, a conduta do magistrado está em total desacordo com o devido processo legal". Pleiteia "o deferimento da liminar requerida e sua confirmação em tutela satisfativa do mérito para determinar o encerramento da Execução, que apenas deverá ocorrer junto ao Juízo da Recuperação Judicial

Superior Tribunal de Justiça

mediante habilitação do crédito".

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O STJ assentou o entendimento de que, tanto após o deferimento do pedido de recuperação judicial quanto após a decretação da quebra, o destino do patrimônio da sociedade não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso do que é competente para a recuperação ou falência. Nesse sentido: CC 79170/SP, Primeira Seção, DJe 19/09/2008; e CC 106.768/RJ, Segunda Seção, DJe 02/10/2009.

Portanto, na espécie, mediante juízo perfunctório, infere-se que o Juízo Laboral não detém competência para dar continuidade a atos que impliquem restrição ao patrimônio da suscitante.

Forte nessas razões, DEFIRO parcialmente o pedido liminar, a fim de suspender a prática, pelo JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE BELÉM - PA, de atos que impliquem constrição ao patrimônio da suscitante.

Designo, por conseguinte, o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Oficiem-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando-lhes e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora